RELATÓRIO DE GESTÃO

2025

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5, 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68310
Conservatória	Lisboa
Capital social	5000000

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A, em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas e o respetivo Anexo.

1. Evolução da actividade da empresa

A VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A. manteve, ao longo do exercício de 2025, a sua atuação na promoção e gestão de ativos imobiliários, com uma carteira que abrange propriedades urbanas e rústicas em diferentes fases — algumas já em exploração, outras ainda em desenvolvimento ou em fase de projeto.

No que respeita ao projeto Patã de Cima, no concelho de Loulé, freguesia de Boliqueime, a execução da obra sofreu um atraso, motivado pela atual escassez de mão de obra na construção civil — tanto em quantidade como em qualificação dos recursos disponíveis no mercado. Não se trata de um problema exclusivo deste projeto: segundo a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, o setor enfrenta há vários anos uma escassez estrutural de trabalhadores, agravada pela necessidade de reconstruir as zonas do centro do país afetadas pela tempestade Kristin. A associação estima um défice de cerca de 80.000 profissionais a nível nacional. Também os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional confirmam a reduzida disponibilidade de mão de obra no país, o que explica os atrasos generalizados que se têm verificado na execução de obras de norte a sul. Este condicionalismo obrigou a sociedade a reajustar o planeamento do projeto, com a entrada em funcionamento agora prevista para o verão de 2026.

Há ainda uma alteração relevante ao modelo de exploração deste ativo: a operação do empreendimento passará para uma entidade terceira, responsável pela gestão global da unidade de alojamento e por uma nova área de negócio centrada na realização de eventos privados, corporativos e "retreats". Esta linha de atividade tem um peso estratégico próprio, dado o elevado retorno historicamente associado a este tipo de experiências. O modelo de remuneração, a combinar uma componente fixa com uma componente variável ligada ao arrendamento, está ainda em fase de definição interna.

Quanto ao projeto Pêro de Amigos, no concelho e freguesia de São Brás de Alportel, a sua grande abrangência territorial tem despertado um interesse crescente junto de entidades governamentais e privadas de diferentes áreas de atividade. A estimativa de investimento global foi revista em alta face ao inicialmente previsto, situando-se agora acima dos 20 milhões de euros, devido ao reforço necessário nas redes de infraestruturas. Esta revisão enquadra-se num contexto nacional de maior dinamismo do investimento público e privado, sustentado, segundo o Banco de Portugal, por maiores entradas de fundos europeus e por uma política orçamental que se mantém expansionista. Vale a pena sublinhar, no entanto, que este aumento não representa um maior risco ou envolvimento financeiro direto para a Vila dos Números: reflete antes a dimensão global do investimento a realizar pelo conjunto de agentes públicos e privados, com o financiamento estruturado para ficar aberto à participação de múltiplas entidades.

Na carteira de arrendamento urbano, distribuída por Lisboa, Cascais e Faro, registou-se em 2025 um potencial de crescimento na ordem dos 10%, em linha com a tendência mais ampla do mercado de arrendamento nacional. Segundo dados do primeiro trimestre de 2026, o valor médio das rendas subiu 0,6% a nível nacional, com Lisboa a manter a renda média mais elevada do país — um sinal da procura consistente nos mercados onde a sociedade tem a sua carteira alocada.

O exercício ficou ainda marcado pelo crescimento do património da sociedade, com a incorporação de novos ativos: três frações de uso habitacional na Praia de Olhos de Água, que reforçam a presença da carteira no segmento residencial em zona de forte procura turística e de arrendamento, e um terreno de uso misto na zona do Escarpão, freguesia de Paderne, com cerca de 24 hectares. Este último ativo tem potencial estratégico para arrendamento e exploração em atividades emergentes, nomeadamente o arrendamento industrial associado à

produção de hidrogénio verde e à instalação de "data centers" — segmentos com procura particularmente elevada em Portugal. Segundo o estudo Market Outlook Data Centers Portugal 2025, da Portugal DC em parceria com a consultora Pb7 Research, o valor do mercado português de "data centers" pode chegar aos 3,7 mil milhões de euros até 2031, impulsionado pelo avanço da inteligência artificial e por uma procura crescente de infraestruturas energeticamente eficientes. A consultora Colliers vai no mesmo sentido: identifica Portugal como um dos mercados emergentes de centros de dados mais promissores da Europa, com mais de 2,6 GW de capacidade de TI atualmente planeada a nível nacional. Este enquadramento reforça o racional estratégico da aquisição.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0.00%
Fornecimentos e serviços externos	153 172	131 491	21 681	16,49%
Gastos com o pessoal	194 023	205 992	-11 969	-5,81%
Gastos de depreciação e de amortização	140 947	136 441	4 506	3,30%
Perdas por imparidade	31 278	0	31 278	100.00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0.00%
Provisões do período	0	0	0	0.00%
Outros gastos e perdas	16 042	8 668	7 373	85,06%
Gastos e perdas de financiamento	299	0	299	2986900,00%
TOTAL	**535 760**	**482 592**	**53 168**	**11,02%**

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0.00%
Prestações de serviços	374 606	335 700	38 906	11,59%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0.00%
Subsídios à exploração	5 748	5 134	614	11,96%
Reversões	0	0	0	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	319 050	0	319 050	100.00%
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0.00%
TOTAL	**699 404**	**340 834**	**358 570**	**105,20%**

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	304 890	-5 317	310 207	5834,31%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	163 943	-141 758	305 701	215,65%
Resultado financeiro	-299	0	-299	-2986900,00%
Resultado antes de impostos	163 644	-141 758	305 402	215,44%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 938	-54 958	49 020	89,20%
Resultado líquido do período	169 582	-86 800	256 382	295,37%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:

CAPITAL PRÓPRIO	31/dez/25	31/dez/24	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	5 000 000	5 000 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0.00%
Outros instrumentos de capital próprio	358 000	57 500	300 500	522,61%
Prémios de emissão	0	0	0	0.00%
Reservas legais	7 603	7 603	0	0,00%
Outras reservas	-343 385	-256 586	-86 799	-33,83%
Resultados transitados	0	0	0	0.00%
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0.00%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0.00%
Outras variações no capital próprio	2 017 229	1 895 000	122 229	6,45%
Resultado líquido do período	169 582	-86 800	256 382	295,37%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da actividade

Para o exercício de 2026 e seguintes, a sociedade pretende continuar a consolidar a sua carteira de ativos, mantendo o foco em investimentos sustentáveis e diversificados. A prioridade continua a ser o mercado habitacional urbano e a gestão eficiente do património já constituído, mas o exercício de 2025 marcou uma inflexão relevante face ao modelo seguido até aqui; a sociedade passa a orientar parte da sua estratégia de crescimento para segmentos de procura emergente, complementares ao core imobiliário residencial e turístico que tem caracterizado a sua atividade.

Esta inflexão materializa-se, desde logo, na abertura do projeto Patã de Cima, agora reprogramada para o verão de 2026, cuja operação passará a integrar, além do alojamento tradicional, uma nova linha de negócio dedicada à realização de eventos privados, corporativos e "retreats". A sociedade considera este um segmento estrategicamente atrativo, com potencial para valorizar o ativo do ponto de vista da exploração — já contratualizada com uma entidade terceira, através de um modelo de remuneração que combina uma componente fixa e uma componente variável. Essa valorização decorre tanto do elevado potencial de retorno financeiro como da potencial valorização da marca "Pátio Algarvio" (activo incorpóreo da empresa). O ativo deverá ficar concluído ao longo do próximo exercício. Será um primeiro indicador da capacidade da sociedade para diversificar fontes de rendimento a partir de ativos já existentes.

No que respeita ao projeto Pêro de Amigos, a evolução previsível aponta para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas na estruturação do investimento. A sua dimensão global, superior a 20 milhões de euros, deverá continuar a ser absorvida pelo conjunto dos agentes da parceria, sem correspondência direta no nível de exposição financeira da sociedade. Esta lógica de financiamento partilhado e faseado é a que a administração considera mais prudente para um projeto desta escala e abrangência territorial, e deverá servir de modelo de referência para futuros desenvolvimentos de grande dimensão.

A carteira de arrendamento urbano, alocada a Lisboa, Cascais e Faro, deverá manter a trajetória de crescimento registada em 2025, próxima dos 10%, sustentada por uma procura de arrendamento que continua forte nos principais centros urbanos do país. A sociedade vai continuar a analisar novas oportunidades de aquisição, seja para promoção direta seja em parceria, com o objetivo de promover projetos com valor integrado — à semelhança do que aconteceu com a aquisição das frações em Olhos de Água.

Para o horizonte de 2026-2027, ganha especial destaque a aposta iniciada na diversificação para setores emergentes ligados à transição energética e à digitalização da economia, na sequência da aquisição do terreno na freguesia de Paderne. A sociedade acredita que a procura crescente por infraestruturas associadas à produção de hidrogénio verde e à instalação de centros de dados representa uma oportunidade de médio prazo com fundamentos sólidos, num setor em que Portugal se afirma progressivamente como destino competitivo à escala europeia. Esta linha de diversificação mantém-se, para já, numa fase preliminar de avaliação, sem compromissos de investimento formalizados — mas é um eixo que a Administração pretende continuar a explorar ao longo do biénio.

Esta evolução previsível decorre, em larga medida, do reconhecimento de que o cenário macroeconómico e financeiro descrito no ponto "6" deste relatório exige uma resposta estratégica assente na diversificação de fontes de rendimento — sempre ancorada na rentabilização imobiliária — e na prudência na estruturação do financiamento de novos projetos. A sociedade entende que a consolidação do core imobiliário urbano, a exploração criteriosa de novas áreas de negócio e as parcerias público-privadas para projetos de grande escala são, em conjunto, o caminho mais sólido para sustentar a sua trajetória de crescimento no atual contexto de maior incerteza.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/25	31/dez/24
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	0,66	0,72
Endividamento global	Passivo total / Activo total	0,40	0,42
Solvabilidade	Capital próprio/ Passivo total	1,51	1,39

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/25	31/dez/24
Liquidez geral	Activo corrente / Passivo corrente	0,25	0,23
Liquidez reduzida	(Activo corrente - inventários - activos biológicos - activos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,25	0,23
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,03	0,01

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Principais riscos e incertezas que a sociedade enfrente

O mercado imobiliário português enfrenta, no biénio de 2026-2027, um cenário significativamente mais complexo do que o descrito no exercício anterior, marcado por uma reversão inesperada da política monetária e por um contexto geopolítico que trouxe à economia europeia níveis de incerteza pouco habituais. Compreender bem este novo enquadramento é essencial para os diferentes agentes da cadeia de valor. A sociedade entende que só um investimento estruturado e bem alicerçado, apoiado numa análise contínua da evolução macroeconómica, permitirá atravessar este período com segurança.

No plano macroeconómico, o Banco de Portugal reviu significativamente em baixa as suas projeções de crescimento para a economia portuguesa: 1,8% para 2026, 1,6% para 2027 e 1,8% para 2028. São valores bastante abaixo das estimativas de dezembro, e a razão está sobretudo na deterioração do contexto internacional na

sequência do conflito no Médio Oriente. A inflação, por sua vez, foi revista em alta para 3,1% em 2026, com normalização prevista apenas a partir de 2028. As projeções do Banco Central Europeu vão no mesmo sentido, apontando para uma inflação média de 3,0% em 2026 e 2,3% em 2027 na área do euro, e para um crescimento mais moderado — 0,8% e 1,2%, respetivamente, nesses dois anos.

Particularmente relevante para a atividade da sociedade é a reversão do ciclo de taxas de juro. Depois de um período prolongado de descida, o Banco Central Europeu subiu, em junho de 2026, as taxas diretoras pela primeira vez desde 2023, elevando a taxa de depósito para 2,25%; há analistas que admitem novos agravamentos ainda este ano. A instituição justifica esta inversão de trajetória com o agravamento das pressões inflacionistas associadas à guerra no Médio Oriente e à subida dos preços da energia. Para o setor imobiliário, representa um risco financeiro acrescido, já que encarece o financiamento tanto para investidores institucionais como para compradores particulares — precisamente o contrário do que se esperava.

Apesar deste agravamento das condições de financiamento, o mercado imobiliário português mantém uma dinâmica de valorização consistente. Segundo o Índice de Preços da Habitação do Instituto Nacional de Estatística, os preços da habitação registaram um aumento homólogo de 17,8% no primeiro trimestre de 2026 — acompanhado, no entanto, de uma desaceleração de 8,7% no número de transações face ao período homólogo. É um sinal de que a valorização dos ativos já não está a ser acompanhada, na mesma medida, pela liquidez transacional, e esta dissociação entre preço e volume deve ser tida em conta na estruturação de qualquer estratégia de investimento para o biénio em análise.

Este contexto de forte valorização levanta questões de sustentabilidade a médio prazo. A agência de notação S&P Global identifica Portugal, a par da Suíça, como um dos mercados imobiliários europeus atualmente mais sobrevalorizados. Ainda assim, o país mantém-se no top 3 dos que registam maiores subidas de preços na Europa até 2028, apesar de uma desaceleração já esperada no ritmo de crescimento. Este duplo sinal — sobrevalorização por um lado, manutenção da tendência de valorização por outro — reforça a necessidade de critérios de investimento rigorosos, que privilegiem ativos com fundamentos sólidos de procura e localização, em vez de lógicas puramente especulativas.

No plano operacional, mantém-se como risco estrutural relevante a escassez de mão de obra qualificada no setor da construção, que a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas estima em cerca de 80.000 profissionais a nível nacional. Esta escassez condiciona prazos, custos e a capacidade de execução de projetos de maior dimensão, como já se verificou no projeto Patã de Cima. É um constrangimento que tende a persistir ao longo do biénio e que deve ser incorporado no planeamento de qualquer novo desenvolvimento imobiliário da sociedade.

Estes riscos são, no entanto, acompanhados de oportunidades relevantes, resultantes da diversificação estrutural da procura imobiliária em Portugal. O setor dos centros de dados, em particular, apresenta uma trajetória de crescimento singular: segundo o estudo Market Outlook Data Centers Portugal 2025, da Portugal DC em parceria com a Pb7 Research, o mercado nacional pode atingir 3,7 mil milhões de euros até 2031. A consultora Colliers identifica ainda mais de 2,6 GW de capacidade de TI atualmente planeada em território nacional. Esta procura emergente, impulsionada pela expansão da inteligência artificial e pela digitalização da economia, é uma oportunidade estratégica de diversificação para ativos de perfil industrial e territorial — como o terreno recentemente incorporado na freguesia de Paderne.

O biénio de 2026-2027 configura-se, assim, como um período de transição para o mercado imobiliário português: uma procura sólida e sustentável — sobretudo nos segmentos de arrendamento urbano e nos setores emergentes ligados à economia digital e energética — convive com um agravamento das condições financeiras e um grau de incerteza geopolítica acima do habitual. Neste enquadramento, a sociedade reafirma o seu compromisso com uma estratégia de investimento estruturada, criteriosa e diversificada, que privilegia a solidez dos fundamentos de cada ativo e a gestão prudente do risco financeiro, em vez de uma exposição excessiva a um único segmento ou fonte de financiamento.

7. Número e valor nominal das quotas /acções próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respectivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

8. Existência de negócios entre a sociedade e os seus gerentes/administradores, ao abrigo do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

9. A existência de sucursais da sociedade

A sociedade não detém sucursais em território nacional.

10. Proposta de aplicação de resultados

A administração propõe que o lucro líquido do exercício no valor de 169.582,16 euros, seja concretizado em resultados transitados.

11. Agradecimentos

A administração aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 13 de julho de 2026

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, nº 5, 10-A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 652

Órgão de Gestão

Cláudia Daniela Constance Leal

VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A

Contribuinte: 509085652

Balanço em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	11 030 641,44	10 530 756,22
Outros investimentos financeiros		591,01	591,01
Total do ativo não corrente		**11 031 232,45**	**10 531 347,23**
Ativo corrente			
Clientes	9	20,00	31 278,25
Estado e outros entes públicos	11	31 760,05	11 582,38
Outros créditos a receber	10	808 893,44	774 678,51
Diferimentos		7 949,84	
Caixa e depósitos bancários	4	99 508,85	23 692,11
Total do ativo corrente		**948 132,18**	**841 231,25**
Total do ativo		**11 979 364,63**	**11 372 578,48**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito		5 000 000,00	5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		358 000,00	57 500,00
Reservas legais	12	7 602,50	7 602,50
Outras reservas	12	-343 385,41	-256 585,61
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		2 017 229,42	1 895 000,00
Resultado líquido do período		169 582,16	-86 799,80
Total do capital próprio		**7 209 028,67**	**6 616 717,09**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos		935 382,96	943 788,25
Total do passivo não corrente		**935 382,96**	**943 788,25**
Passivo corrente			
Fornecedores	10	150 984,57	28 573,77
Adiantamentos de clientes	9	94 600,00	34 334,27
Estado e outros entes públicos	11	7 194,12	6 604,46
Financiamentos Obtidos	7	79,20	173 468,62
Outras dívidas a pagar	10	3 579 720,11	3 566 717,02
Diferimentos		2 375,00	2 375,00
Total do passivo corrente		**3 834 953,00**	**3 812 073,14**
Total do passivo		**4 770 335,96**	**4 755 861,39**
Total do capital próprio e do passivo		**11 979 364,63**	**11 372 578,48**

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5, 10 A
1750-372 Lisboa

Órgão de Gestão NIF 509085652 Data: 13/07/2026 Hora: 10:29:01 Contabilista Certificado n.º 59440

VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A

Contribuinte: 509085652

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	8	374 605,75	335 700,04
Subsídios à exploração	18	5 748,29	5 134,10
Fornecimentos e serviços externos	14	-153 171,72	-131 490,73
Gastos com o pessoal	13	-194 022,65	-205 992,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-31 278,25	
Aumentos / reduções de justo valor		319 050,24	
Outros rendimentos		0,09	0,09
Outros gastos	16	-16 041,52	-8 668,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**304 890,23**	**-5 316,95**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	17	-140 947,38	-136 441,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**163 942,85**	**-141 758,13**
Juros e gastos similares suportados	13	-298,70	-0,01
Resultado antes de impostos		**163 644,15**	**-141 758,14**
Imposto sobre o rendimento do período		5 938,01	54 958,34
Resultado líquido do período		**169 582,16**	**-86 799,80**

Órgão de Gestão: _____

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 8, 10 A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 652

Data: 15/07/2026 Hora: 10:29:01

Contabilista Certificado n.º 59440

ANEXO

2025

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5, 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68310
Conservatória	Lisboa
Capital social	5000000

O Órgão de Gestão
VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5, 10 A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 652

O Contabilista Certificado
OCC 59440

ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO 3
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 3
3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA 3
4 - FLUXOS DE CAIXA 7
5 – PARTES RELACIONADAS 7
6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 8
7 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS 9
8 - RÉDITO 9
9 - CLIENTES 10
10 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES 10
11 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 11
12 – CAPITAL PRÓPRIO 12
13 - RESULTADOS FINANCEIROS 12
14 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 12
15 - GASTOS COM PESSOAL 13
16 - OUTROS GASTOS E PERDAS 13
17 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 13
18 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 14
19 - EVENTOS SUBSEQUENTES 14
20 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 14
21 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 14

VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A
1.2 Sede: Lisboa
1.3 Natureza da atividade: Actividades de mediação imobiliária.
1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro, as normas interpretativas e no Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, que estabelece a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são,

reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras contruções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

3.3. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) de acordo com as regras fiscais em vigor.

É aplicada integralmente a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento, conforme o ponto 7.11 da NCRF-PE, uma vez que é adotado o modelo de revalorização na mensuração subsequente de determinadas classes dos ativos fixos tangíveis (nota 3.2). Desta forma são reconhecimentos impostos diferidos.
O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.12. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.13. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5, 10 A
1750-272 Lisboa
NIF 509 985 552

OCC 59440

aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.14. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, exceto se for remota a possibilidade de existir um fluxo de recursos englobando benefícios económicos futuros.
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um influxo económico futuro.

3.15. Alterações nas políticas contabilísticas

A política contabilística divulgada na nota 3.2. Ativos fixos tangíveis foi alterada face à política contabilística adotada em 31 de dezembro de 2021. Conforme referido na nota 3.2., os terrenos e edifícios da Empresa são mensurados pelo modelo de revalorização, enquanto no exercício anterior esta classe de ativos era mensurada pelo modelo do custo. A razão para a alteração da política contabilística adotada foi o facto de terem sido identificadas diferenças significativas entre a quantia escriturada das classes de ativos referidas e o seu justo valor, tendo a Administração considerado que o modelo da revalorização seria mais apropriado às características da Empresa.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/25	31/dez/24
Caixa	11 906	10 915
Depósitos à ordem	87 603	12 777
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	**99 509**	**23 692**

5 - Partes relacionadas

5.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe: LÉXICO SGPS, S.A.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão: 0

5.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Saldo 1 /jan/25	Transações no período Crédito	Débito	Saldo 31/dez/25
LÉXICO SGPS	(3 403 553)	(156 894)	15 000	(3 545 447)
ESTRATO REAL	776 904	25 838	52 393	803 459

6 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em 1/jan/25	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/25
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	863 608	352		17 079	881 039
Edifícios e outras construções	6 445 358	121 878	-	284 165	6 851 400
Equipamento básico	4 440	-	-	-	4 440
Equipamento de transporte	85 720	26 197	-	-	111 918
Equipamento administrativo	8 108	-	-	-	8 108
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	10 438	-	-	-	10 438
Investimentos em curso	3 608 839	-	-	191 161	3 800 000
Total do ativo bruto	11 026 511	148 427	-	492 405	11 667 343
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(406 155)	(129 584)	-	-	(535 739)
Equipamento básico	(4 440)	-	-	-	(4 440)
Equipamento de transporte	(69 058)	(10 959)	-	-	(80 017)
Equipamento administrativo	(8 036)	(72)	-	-	(8 108)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(8 065)	(332)	-	-	(8 398)
Total de depreciações acumuladas	(495 754)	(140 947)	-	-	(636 702)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	10 530 756	7 480	-	492 405	11 030 641

VDN
VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 5, 10 A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 852

OCC 59440

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 1/jan/24	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/24
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	863 608	-	-	-	863 608
Edifícios e outras construções	6 445 358	-	-	-	6 445 358
Equipamento básico	4 440	-	-	-	4 440
Equipamento de transporte	85 720	-	-	-	85 720
Equipamento administrativo	8 108	-	-	-	8 108
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	7 778	3 346	(686)	-	10 438
Investimentos em curso	2 564 432	1 044 407	-	-	3 608 839
Total do ativo bruto	9 979 444	1 047 753	(686)	-	11 026 511
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(277 248)	(128 907)	-	-	(406 155)
Equipamento básico	(4 440)	-	-	-	(4 440)
Equipamento de transporte	(61 919)	(7 138)	-	-	(69 058)
Equipamento administrativo	(7 928)	(108)	-	-	(8 036)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(7 778)	(287)	-	-	(8 065)
Total de depreciações acumuladas	(359 313)	(136 441)	-	-	(495 754)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	9 620 130	911 312	(686)	-	10 530 756

7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	79	-	271
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	173 198	-
Total	**-**	**79**	**173 198**	**271**
Total Ano		**79**		**13 469**

8 - Rédito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2025 e 2024

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/dez/25	31/dez/24
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	374 606	335 700
Total:	**374 606**	**335 700**

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/dez/25	31/dez/24
Nacional	374 606	335 700
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
Total:	**374 606**	**335 700**

9 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/25	31/dez/24
Clientes conta corrente	20	31 278
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	**20**	**31 278**
Adiantamentos de Clientes	94 600	34 334

10 - Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/25	31/dez/24
Fornecedores conta corrente	150 985	28 574
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	**150 985**	**28 574**
Adiantamentos a fornecedores	-	-

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31/dez/25	31/dez/24
A RECEBER	**808 893**	**774 679**
Fornecedores - Devedores	3 522	145
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	0	0
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acrescimos de rendimentos	-	-
Outros devedores	805 371	774 534
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	**(3 579 720)**	**(3 601 051)**
Clientes - Adiantamentos	(94 600)	(34 334)
Remunerações a pagar	(970)	(1 294)
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acrescimos de gastos	(17 723)	(26 902)
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(3 466 428)	(3 538 521)
Total	**(2 770 827)**	**(2 826 372)**

11 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/25	31/dez/24
Ativo	**31 760**	**11 583**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	10 900	4 863
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	16 458	6 720
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	4 403	-
Passivo	**(7 194)**	**(6 605)**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(2 467)	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(1 562)	(1 639)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(3 095)	(3 438)
Outros impostos e taxas	(70)	(1 528)
Total	**24 566**	**4 978**

12 – Capital próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 50.000 ações com o valor nominal de 100 Euro, cada. O capital social, no valor de 5.000.000 euros, decorre de um aumento de capital no montante de 4.950.000 euros deliberado em Assembleia Geral em 2 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Empresa era detido na totalidade pela sociedade LEXICO SGPS, S.A.

Na Assembleia Geral de aprovação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi deliberado aplicar o resultado líquido do exercício, no montante de 169.582 euros, em resultados transitados.

Reservas e resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas Reservas e Resultados acumulados apresentavam a seguinte decomposição:

RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	31/dez/25	31/dez/24
Reservas legais	7 602	7 602
Outras reservas	(343 385)	(256 586)
Resultados transitados	-	-
Excedentes de revalorização	-	-
Total	**(335 783)**	**(248 984)**

13 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2025 e 2024:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/25	31/dez/24
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	(299)	(0)
Juros suportados	(299)	(0)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	(299)	(0)

14 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/25	31/dez/24
Subcontratos	12 800	645
Serviços especializados	**82 225**	**77 482**
Trabalhos especializados	78 599	**67 525**
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	979	1 222
Honorários	-	280
Comissões	-	-
Conservação e reparação	2 061	8 035
Outros	586	419
Materiais	**2 765**	**562**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 014	372
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	751	191
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	**22 762**	**22 941**
Eletricidade	13 313	13 992
Combustíveis	5 340	5 509
Água	4 069	3 441
Outros	41	-
Deslocações, estadas e transportes	**6 863**	**7 711**
Deslocações e estadas	6 863	7 711
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	**25 756**	**22 150**
Rendas e alugueres	9 000	8 700
Comunicação	3 719	3 050
Seguros	6 003	3 063
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	837	340
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	979	73
Outros serviços	5 219	6 924
Total	**153 172**	**131 491**

15 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2025 e 2024

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(168 615)	(169 338)
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(33 226)	(34 281)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(1 105)	(1 900)
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	8 924	(474)
Total	**(194 023)**	**(205 992)**
Nº médio de colaboradores	5	5

16 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24
Impostos	15 909	8 548
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	-
Quotizações	108	36
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	24	85
Total	**16 042**	**8 668**

17 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(140 947)	(136 441)
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	**(140 947)**	**(136 441)**

18 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2025 e 2024:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/25	31/dez/24
Subsídios do Estado e outros entes públicos	5 748	5 134
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	**5 748**	**5 134**

19 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

20 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

21 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A.

Aos Senhores Acionistas da VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A.

INTRODUÇÃO

Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, e em cumprimento do mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa consideração o presente relatório sobre a atividade de fiscalização exercida, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas da VILA DOS NÚMEROS – SIGI, S.A., respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

FISCALIZAÇÃO

No decurso do exercício de 2025, o Conselho Fiscal acompanhou, no âmbito das suas competências, a evolução da sua atividade e das suas relacionadas, tendo verificado o cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, a regularidade dos registos contabilísticos, a adequação dos critérios contabilísticos adotados e a consistência da informação financeira divulgada.

Foi igualmente monitorizada a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, tendo o Conselho Fiscal obtido, para o efeito, todos os elementos e esclarecimentos solicitados, considerados adequados para o exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal procedeu à análise de:

- Balanço em 31 de dezembro de 2025;
- Demonstrações dos Resultados por naturezas,
- Anexos às Demonstrações Financeiras;
- Fluxos de Caixa,
- Possíveis Alterações no Capital Próprio;
- Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração; e,
- Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Concluiu-se que os documentos de prestação de contas refletem, de forma apropriada, a situação financeira, o desempenho e os resultados da Sociedade e das entidades incluídas na consolidação, encontrando-se os mesmos em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor.

PARECER

Face ao exposto, é entendimento do Conselho Fiscal que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral delibere favoravelmente sobre:

a) A aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço em 31 de dezembro de 2025, das Demonstrações dos Resultados por natureza, das Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e respetivos Anexos;
b) A aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Nos termos do n.º 6 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas legalmente exigidos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, refletindo, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira, os ativos e passivos e os resultados da Sociedade;
- o Relatório de Gestão descreve de forma fidedigna a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Sociedade, bem como das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação, incluindo os principais riscos e incertezas com que se deparam.

O presente relatório e parecer será assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal, **Hugo André Jorge dos Santos Pelicano** - após reunião havida com os vogais efetivos **Jorge Manuel da Silva Barbosa**, **Rui Alberto Ramos Chorincas** e o vogal suplente **Leonel dos Santos Fonseca** – com precedente análise da documentação ora expressa bem como do presente texto; assim, este comité aprovou, por unânime, a assinatura do presente documento.

Lisboa, 21 de março de 2026

Hugo André Jorge dos Santos Pelicano
(Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade)

VDN PROPERTY DEVELOPMENT

Declaração do Órgão de Gestão

À atenção de
Carmo & Cerqueira, SROC, Lda.

14 de julho de 2026

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da Vila dos Números – SIGI, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1. Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

2. Os métodos, dados e pressupostos significativos por nós utilizados para fazer estimativas contabilísticas e respetivas divulgações são adequados para atingir o reconhecimento, mensuração ou divulgações razoáveis no contexto do referencial de relato financeiro aplicável.

3. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.

VDN PROPERTY DEVELOPMENT

4. Não existem:

   - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
   - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
   - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
   - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
   - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade.

5. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

6. Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável. Adicionalmente, consideramos que as transações efetuadas entre partes relacionadas e respetivos preços se encontram adequadamente suportados, não sendo, deste modo, de esperar contingências ao abrigo do Código do IRC, no âmbito das relações especiais e preços de transferência.

7. A Administração reconhece que as avaliações utilizadas para suportar o valor contabilístico de alguns imóveis pelo método do justo valor já apresentam alguma antiguidade, uma vez que são datadas entre 2022 e 2023. Não obstante, a Administração já solicitou novas avaliações, estando a aguardar a conclusão das mesmas. Não são esperadas variações significativas no justo valor destes imóveis.

8. A Administração reconhece que, relativamente às decisões tomadas na ata n.º 29 da Assembleia geral de 15 de janeiro de 2025, ficaram 45.000€ relativos a prestações suplementares por realizar no período.

9. Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

10. Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante a vossa auditoria às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

VDN PROPERTY DEVELOPMENT

11. Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas.

INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA:

1. Disponibilizámo-vos:
    - Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
    - A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
    - Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
    - Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2. Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

3. Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

4. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.

5. Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

6. Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

7. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

8. Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure

VDN PROPERTY DEVELOPMENT

eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

9. Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 17.03.2025 – ata nº 30.

10. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

11. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

12. Não temos projetos ou intenções:
    - que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
    - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
    - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

13. Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

14. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Pela Administração,

O Contabilista Certificado

VILA DOS NÚMEROS, SIGI, SA
Praça D. António Ribeiro, n.º 8, 10 A
1750-372 Lisboa
NIF 509 085 652

A Administração

CARMO & CERQUEIRA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Vila dos Números – SIGI, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.979.364,63 euros e um total de capital próprio de 7.209.028,67 euros, incluindo um resultado líquido de 169.582,16 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Vila dos Números – SIGI, S.A. (a Entidade) em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que sobre elas emitiu uma Certificação Legal das Contas com reserva, datada de 31 de março de 2025. A nossa aceitação como revisores oficiais de contas ocorreu a 18 de setembro de 2025 para efetuarmos a revisão legal das contas do ano findo em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado

que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

CARMO & CERQUEIRA

Vila Nova de Gaia, 14 de julho de 2026

CARMO & CERQUEIRA E ASSOCIADO, SROC, LDA.

(SROC nº 202 e registada na CMVM com o nº 20161500)

Representada por



José Manuel Carvalho Dinis Carmo

(ROC nº 1599 e registado na CMVM com o nº 20161209)